

4

A categoria de incumbência de policial

Como já apresentado, a categoria de incumbência (Jayyusi, 1984) abarca tudo o que é esperado do indivíduo categorizado como sendo seu dever, responsabilidade e obrigação. Na seção 4.1 apresentamos as atividades que tornadas relevantes pelos moradores em termos do que seriam os direitos e deveres dos policiais. Na seção 4.2 identificamos as descrições do desempenho dos policiais daquilo que se afasta do que é esperado em termos de direitos da categoria.

4.1.

Direitos e Deveres do policial

Todos os cidadãos, como membros de uma dada sociedade, têm direitos e deveres estabelecidos na Constituição de um país. No caso da categoria policial, os direitos e deveres estão previstos nos regulamentos da Instituição. De um modo geral, os cidadãos não conhecem os regulamentos militares, mas têm um conhecimento de senso comum moralmente orientado sobre o que um policial pode fazer e como deve fazer.

4.1.1.

Deveres do policial

Dentre os deveres constitutivos da incumbência de um policial, foram destacados aqueles mais sensíveis ao contexto de uma comunidade em processo de pacificação e ao estoque de conhecimentos que se foi construindo sobre o que seria um modelo de polícia de proximidade.

Além de considerar que o policial deve estar sempre de prontidão para servir à comunidade, foram identificados os seguintes deveres.

i) Proteger

Ao ser perguntada sobre direitos e obrigações de um policial, Ana, jornalista 25 anos, abre sua fala reconhecendo o policial como um cidadão que, como tal, tem direito a uma vida digna e segurança. No entanto, logo em seguida orienta a sua fala para a falta de dignidade e segurança do próprio morador da favela:

Excerto 1: Na teoria tudo é mais lindo

01	Carolina	Quais são os direitos e obrigações de um policial de UPP?
02		Você tem ideia?
03	Ana	Na teoria tudo é mais lindo, né? Então eu acredito que
04		eles tenham direito a uma vida digna, a uma ideia que se
05		tenha de segurança, e como dever proteger aquela
06		população e não entrar em atrito com aquela população.
07		Enfim, mas nada disso é válido, sabe? Porque o que você
08		vê é que os problemas de antes estão voltando, como eu
09		já falei, sabe? E eu realmente, como moradora da Rocinha
10		eu não me sinto segura, sabe? Com essa polícia.
11	Carolina	Entendi.

Depois de seu prefácio nas linhas 03,04 e 05, Ana destaca a incumbência que é mais reconhecida por todos os moradores em relação ao dever do policial de UPP: a obrigação de proteger e população. Por ser a comunidade um local em que coabitam trabalhadores e criminosos, percebe-se que Ana está se referindo especificamente em “aquela população” (linha 06) à parte boa da maçã, àquela constituída de pessoas que moram ali mas estudam, trabalham, não estão vinculadas ao crime.

Observe-se também que a contraposição teoria e prática apontada por Ana (l.07) está implicitamente colocada quando se refere ao que não é cumprido: a de proteger e a de não entrar em atrito com os moradores. Se a referência à primeira obrigação é definida como missão da polícia, a da segunda seria impensável de ser escrita, pois é pressuposto que aquele que protege às pessoas de bem possa não ter um bom relacionamento com essas pessoas.

O não cumprimento do dever de proteger é uma das incumbências mais criticadas, como confirma a moradora, Flavia, professora, 30 anos:

Excerto 2: É pior o policial perto do que sem

01	Carolina	E para você quais são os direitos e obrigações de um
02		policial da UPP?

03	Flávia	É que policial ali... Só policial não faz diferença.
04		Você tinha que vir com mais coisa. Você tinha que vir
05		com saneamento, você tinha que vir com educação, se
06		tinha que vir com muita coisa, e o policial ia estar
07		ali, com ele deveria estar nas ruas, o que também não
08		acontece. Ele faz as vezes no morro o que ele faz... as
09		vezes até pior. Ele fica parado sem fazer nada. Ele
10		deveria resolver algumas coisas da segurança e ela não
11		dá. A parte maior é a dar segurança e ele não dá. É pior
12		o policial perto do que sem. Eles já não fazem nada...
13		só piora. Então, assim, é muito forte jogar toda a culpa
14		na polícia. Não é só a polícia.

Para se entender a crítica de Flávia, é preciso considerar que a entrevista se deu logo após o Caso Amarildo, que comprometeu a imagem da polícia e o controle da comunidade pela polícia. O crime voltou a dar sinais de vida, e a polícia a abandonar sua rotina de rondas diárias, etc.

A fala de Flávia se inicia corresponsabilizando o Estado pela falta de segurança na comunidade. As promessas feitas na implementação da UPP, não se realizaram. Com isso, a questão da segurança também se agravou. Flávia retoma a contraposição entre a favela e o asfalto, como os moradores costumam se referir aos espaços comunidade/ rua. A justificativa para a tese de que o morador de comunidade está mais em risco do que o do asfalto, é que a própria presença física da polícia numa comunidade em que há disputa de controle de território. Logo, por uma inversão, o que para os moradores do asfalto seria uma garantia de segurança, torna-se na comunidade um risco de confronto aberto.

Outro aspecto crítico apresentado com relação à incumbência de proteger, é que, ao mesmo tempo em que a polícia está presente, ela está ausente (linhas 09, 10 e 11). Naquele momento da comunidade, ela deixou de fazer o que fazia e, como disse um entrevistado, ela também está com medo, ela também não tem quem a proteja.

A insegurança dos moradores da favela é ilustrada numa narrativa de volta para a casa. O importante dessa história é que ela é o único caso do corpus em que se vê o reconhecimento da obrigação de proteger por parte de um policial:

Excerto 3: Esse é o tipo de postura que eu espero de um policial

01	Carolina	Conte um caso de uma experiência boa e uma ruim com esse
02		policial.
03	Ana	Eu não tive nenhuma experiência pós UPP. Antes as
04		experiências foram as piores possíveis. Antes da UPP
05		chegar, mas depois eu acho que, por exemplo, eu estava
06		subindo para casa e começou a ter um tiroteio
07		superintenso, nisso estava subindo um grupo de policiais

08		atrás e eles, sei lá, um deles impediu que todo mundo
09		subisse. Eu acho que isso é você se preocupar com o
10		morador. Isso é você zelar pela segurança dele. Ele
11		poderia muito bem deixar tudo mundo subir e ficar no
12		meio do tiro cruzado. Mas ele não, ele falou: "não
13		fiquem aqui". Ele ficou com a gente e deu um pouco mais
14		de conforto pra quem estava no meio da rua. Ele pediu
15		para o padeiro deixar todo mundo entrar e fechar as
16		portas. Esse é o tipo de postura que eu espero de um
17		policial, mas esse não é o tipo de postura que a gente
18		pode esperar de todos os policiais. Essa foi a única
19		experiência que eu tive com eles, mas antes todas foram
20		negativas. Hoje em dia essa apatia deles, essa
21		correlação que eles têm com o tráfico também acho muito
22		ruim pra imagem deles, eu não concordo.

A seleção de uma história para se narrar indica que Ana julga sua história significativa e notável. Vale ressaltar que o que torna um acontecimento reportável é o conteúdo moral que esse evento carrega. O narrador busca transmitir esse conteúdo moral para que o ouvinte possa se engajar a ele como agentes morais durante a interação (Bergman, 1998).

Ao iniciar sua narrativa e ao detalhar o cenário e a tensão do momento, Ana destaca a ação de um policial: interromper a sua subida por conta de uma operação policial e zelar pela segurança dos moradores. A primeira incumbência, ou seja, o primeiro ato realizado pelo policial e reconhecido por Ana foi ter impedido a subida dos moradores durante o momento de tensão da operação.

Podemos compreender que, de um modo geral, na hora do tiroteio, os policiais estão focados no combate ao crime organizado. No entanto, um deles se preocupa com a segurança dos moradores que chegavam naquele momento. Essa preocupação com a segurança foi entendida pela moradora como traço constitutivo da categoria policial de UPP. Embora a proteção seja entendida como traço constitutivo o que torna esse evento reportável é a escassez de atitudes assim tomadas pelos policiais e é a estranheza dessa boa atitude que faz com que Ana reporte o caso.

Em sua narrativa, Ana destaca várias ações que evidenciavam que o policial estava se colocando no lugar do morador, mostrava empatia e estava comprometido com o dever de protegê-lo e de lhe trazer mais tranquilidade naquele momento de tensão. A terceira ação descrita foi a busca de um abrigo seguro, com o pedido de abrigo ao padeiro. Todas essas ações explicitam a excepcionalidade da ação policial por não ser corriqueira e ao mesmo tempo o que um morador espera como parte das incumbências de um policial.

Dada à falta de boas experiências com a polícia, outro aspecto tornado relevante é a falta de confiança na polícia, o que é destacado por Maria, 23 anos, estudante:

Excerto 4: Não me sinto segura

01	Carolina	Entendi. Você se sente segura com a presença dos
02		policiais na comunidade? Você confia neles?
03	Maria	Não. Não me sinto segura.
04	Carolina	Por que você não se sente?
05	Maria	Porque eu acho, que foi como eu falei no início. Uma
06		vez que, que eles não respeitam, no sentido de, tipo,
07		ah, a gente passa, porque tá arrumadinha e tal, eles
08		ficam te olhando de outra forma, ficam mexendo. Eu não
09		me sinto segura, com uma pessoa que não respeita,
		entendeu?
10	Carolina	Entendi.
11	Maria	E... não sei, acho que eles me passam, a partir do
12		momento que eles fazem isso, eles me passam insegurança.

Assim, como a tipificação do policial o deshistoriza como sujeito, alguns traços desse sujeito o descredenciam como policial. A justificativa de Maria para não confiar em policial se deve ao pressuposto de que de farda não se espera que o policial pratique assédio sexual, típico de homens machistas. Por reproduzir – e não coibir – esse tipo de comportamento moralmente condenado, o policial não se apresenta como alguém que pode proteger o cidadão, mas como alguém que também oferece risco.

Outro tipo de comportamento que justifica a falta de confiança numa polícia que protege o cidadão é descrito por Luiz, monitor educativo, 25 anos:

Excerto 5: Simplesmente porque quis

01	Carolina	Mas depois na UPP você não teve nenhum problema ou sabe
02		de alguém que teve?
03	Luiz	Problemas. Problemas têm. Um amigo meu, o policial da
04		UPP viu a moto dele, passou com a faca e cortou o banco
05		dele todo. Simplesmente porque quis. Passou de noite e
06		cortou, mas assim, tem o caso do Amarildo, tem o problema
07		com a família dele também, mas contato eu não tenho muito
08		porque eu to sempre fora. Eu tenho contato mais com os
09		policiais de outras UPPs do que da UPP da minha própria
10		comunidade.

A narrativa também aponta para comportamentos que não são condizentes com quem tem por obrigação proteger o outro, os bens privados e públicos. A referência logo em seguida ao caso Amarildo mostra que aquilo que Luiz está destacando é a inversão do direito de proteger, por abuso de autoridade. O caso Amarildo, assim como outros tantos casos vivenciados pelos moradores, direta ou

indiretamente, serve como base para que os moradores ofereçam resistência ao trabalho dos policiais de UPP. Quem protege não mata, a não ser em legítima defesa. Quem protege não causa danos aos bens da população. A falta de confiança, portanto, é decorrente de uma generalização da categoria, o que leva à projeção de ações futuras semelhantes. Assim, o policial é visto mais uma vez como aquele que oferece risco do que aquele que protege.

ii) Prestar socorro

Ajudar e socorrer o cidadão é uma das tarefas da polícia (incumbências), logo, no caso das comunidades, a expectativa dos moradores é que essa ajuda, devido à proximidade física do policial de UPP, seja ainda maior e diferente daquela do ‘asfalto’. No entanto, uma das reclamações constantes dos moradores é a de que os policiais, muitas vezes, não oferecem ajuda nem espontânea nem quando solicitados. Esse tipo performance moralmente não condizente com o esperado também deslegitima a categoria de incumbência associada ao policial.

Para exemplificar tal questão, na mesma sequência 6, temos a moradora Flávia que narra duas situações em que a falta de ajuda da polícia torna os seus casos moralmente relatáveis:

Excerto 6: eles não fizeram nada

01	Carolina	Às vezes... E geralmente quem você acha que inicia esse
02		contato? Mesmo que seja esse contato bem superficial.
03		Você acha que é morador? O policial?
04	Flávia	Nunca observei... eu tenho total, assim, odeio... Na
05		minha rua eles ficam parados e uma vez um cachorro ia
06		morder minha mãe e eu tentando segurar, porque eu
07		conhecia o cachorro, então ele me respeitava, e eles
08		ficaram parados, assim... eles não fizeram nada. E não
09		precisava nem ser policial pra ajudar. Eu era alguém que
10		iria ser atacado por um cachorro. E eles não fizeram
		nada. Onde eles...
11	Carolina	Estavam... ficaram...

A fala de Flávia se inicia por uma visão estigmatizada da polícia, o que justifica seu ódio. A história que ilustra o estigma foca na indiferença de um policial diante de alguém que corre risco – o ataque do cão a sua mãe e possivelmente a si mesma. Com essa narrativa, Flávia não só destitui o policial da sua categoria, mas também da categoria ser humano.

A incumbência de ajudar é retomada ainda por dois moradores. O primeiro é apresentado na narrativa de João, professor, 23 anos:

Excerto 7: qualquer pessoa ajudaria

01	João	A menina passou mal pra caramba no baile, lá na via Ápia e... pediram ajuda e eles levaram a menina pra pra UPA.
02		
03	Carolina	Entendi.
04	João	Ajuda, né? Claro que se fosse qualquer pessoa ajudaria. Mas por ter sido eles...
05		
06	Carolina	Era um cidadão que precisava de ajuda e eles ajudaram.
07	João	É. Imagina eles negando ajuda? "Não, não posso. Desculpa." Imagina!
08		

A narrativa expõe um conhecimento de senso comum de que policiais e pessoas de um modo geral não negam ajuda a quem estiver passando mal. Vão sempre buscar meios de ajudar, seja através do oferecimento de um copo de água, uma cadeira ou a chamada de uma ambulância. O interessante da narrativa de João é que, justamente por esse conhecimento de senso comum, a ajuda do policial fica banalizada e não uma ajuda típica de um policial de proximidade.

Um segundo morador, Luiz, monitor educativo, 25 anos, traz como ilustração das incumbências de um policial uma ação mais típica, inclusive muitas vezes tornada notícia de jornal:

Excerto 8: já teve caso de policiais fazendo parto

01	Carolina	E uma experiência boa que você saiba ou tenha vivido com o policial da UPP da sua comunidade?
02		
03	Luiz	Eu já vi, já teve casos de policiais fazendo parto; eles ajudam bastante quando tem alguém machucado.
04		

Conclui-se, portanto, que, no quesito ajuda, para os moradores os policiais se limitam a fazer o que qualquer membro de qualquer categoria faria.

iii) Prestar serviço

Uma das marcas da instalação de UPPs foi o de propor um modelo de polícia de proximidade, “um conceito que vai além da polícia comunitária e tem sua estratégia fundamentada na parceria entre a população e as instituições da área de Segurança Pública”¹. O serviço ao cidadão seria o diferencial que favoreceria o

¹ Fonte: http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp Acesso em 11/01/2016

sucesso do projeto de UPP, já que isso favoreceria a colaboração da comunidade no combate ao crime. O “serviço ao cidadão”, portanto, seria um traço constitutivo da subcategoria policial de UPP. É nessa linha que Luiz, no excerto 9, serve de porta-voz ao que foi divulgado na implantação da UPP:

Excerto 9: Ele é mais do que só um policial comum

01	Carolina	Quais são as tarefas de um policial de UPP? Como é esse policiamento na comunidade onde você mora?
02		
03	Luiz	Eu acho que o policial da UPP ele é mais do que só um policial comum que tá ali pra evitar o crime, solucionar os crimes. Ele tá ali mais pra socializar mesmo. Ele não vai cuidar só de crimes, assassinato, furto, roubo, ele vai lidar com problemas que antes eram lidados pelo tráfico. Desavença entre vizinhos, briga de namorado, esposa, esposa e marido. Um trabalho mais social. Evitar que crianças fiquem na rua, como grande parte fica, principalmente em partes mais altas. A noite brincam e durante o dia dormem e não vão pra escola.
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11		
12		

Ao ser indagado sobre quais são as tarefas de um policial da UPP e como o policiamento dentro da comunidade é feito, Luiz inicia por subcategorizar a polícia, identificando a subcategoria policial de UPP de outras, como policial de rua. Observa-se aqui que Luiz está distinguindo o modelo policial focado no cumprimento da lei, do modelo de policial de proximidade, focado no cidadão, e destacando a proximidade como traço relevante de um policial de UPP.

Uma das expectativas dos moradores é a de que o policial de UPP resolvesse alguns problemas que antes eram resolvidos pelo tráfico.

Sua fala, portanto, reproduz o que se encontra registrado na página oficial das UPPs na internet: o policial deve cumprir seu papel de garantir a segurança e solucionar crimes e, também, socializar com a comunidade e solucionar questões de conflito seja entre familiares, seja entre vizinhos.

No entanto, supõe-se que haja entre os moradores algum tipo de entendimento sobre que tipos de situações caberia o serviço de mediação de conflito. É isso que se observa na continuação da fala de Flávia:

Excerto 10: Eles não fizeram nada

12	Carolina	Você conhece alguém que já tenha feito isso? Pedido ajuda?
13	Flávia	Talvez briga de marido e mulher. E a mulher foi lá correr atrás do policial e o policial falou “resolve você aí”.
14		
15	Carolina	Então foi uma negativa.
16	Flávia	Sim. Eu já ouvi que “briga tem sempre, então eles não se metem”.
17		

Parece que moradores e policiais não têm um acordo sobre a obrigação de mediar brigas domésticas. No caso relatado, o policial parece se orientar pelo ditado popular de que “ em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, e a moradora se orienta para um padrão de normalidade de briga de casal. Não se refere, porém, a situações em que uma das partes considere adequada a interferência policial ou em que os limites da briga coloquem as partes em risco de vida.

4.2.

Direitos do policial

De um modo geral, as atividades que foram reconhecidas como direitos, isto é, incumbências do policial são aquelas mais relacionadas à missão do policial de combater o crime, como a abordagem, e a manutenção da ordem.

Ainda que os moradores reconheçam esses direitos, o que se verifica, a partir de nossa análise, é que os moradores descrevem o modo como a abordagem é realizada como incompatível o que é esperado da categoria ao realizar essa atividade. No que se refere à ordem, o que se observa é um confronto entre o que a polícia e moradores consideram perturbação da ordem pública. Abaixo, apresentamos algumas dessas descrições.

4.2.1.

A Abordagem

A abordagem policial é o ato, amparado legalmente (Art. 244, CPP), em que os policiais se aproximam e questionam um indivíduo quando este apresenta uma conduta suspeita. Essa busca pode resultar em prisão, apreensão do indivíduo ou de um objeto, ou simplesmente numa advertência ou orientação. A abordagem é uma das principais e mais frequentes atividades realizadas pelos policiais e visa, em princípio, à prevenção de crimes e contravenções. Existem abordagens como o bloqueio policial (blitz), a busca em uma residência e a abordagem pessoal, muito comum em comunidades quando o policial recebe a informação de que alguém que subiu o morro é suspeito.

Existem diversas cartilhas disponíveis tanto para o público quanto para os policiais sobre o modo como uma abordagem deve ser conduzida. Umas são mais detalhadas – contendo imagens que retratam o momento – outras são mais resumidas, mas, basicamente, o que elas recomendam é que em uma abordagem o policial deve (i) se identificar, (ii) falar sempre de forma clara e respeitosa, (iii) apenas sacar a arma quando se sentir ameaçado e, mesmo assim, aponta-la para baixo, guardando-a assim que as pessoas que ofereciam ameaça estiverem rendidas. As orientações não são somente direcionadas aos policiais, mas também ao cidadão que devem (i) manter-se calmo e obedecer às ordens dos policiais, (ii) manter as mãos visíveis e não fazer movimentos bruscos, (iii) não discutir com os policiais. Vale ressaltar que o cidadão deve levar em consideração as orientações mais gerais explicitadas acima e as mais específicas para cada tipo de abordagem².

(i) Bloqueio Policial (Blitz)

Durante o bloqueio policial tanto o policial quanto o cidadão abordado devem seguir as orientações mencionadas acima e atentar para outras tais como acender as luzes do carro se a abordagem for à noite, apenas mexer nos bolsos e compartimentos do carro quando solicitado, ter direito a acompanhar a busca dentro de seu veículo, etc³.

Levando em consideração que o direito à abordagem que é assegurado aos policiais, verificamos que os moradores não questionam esse direito, mas sim como o modo como ele é realizado:

Excerto 11: Tu vem da onde?

01	Carmo	E nessas abordagens que você contou do carro, é... você
02		em nenhuma viu assim, uma relação de respeito, porque
03		não sabem nem quem são vocês, pra poder falar, pra poder
04		pedir os documentos, você não viu isso?
05	Aline	É. Não. Porque é um jeito de falar, é "tu vem da onde?"
06		Só pelo fato do meu marido ser negro já é assim: "tu vem
07		da onde? Tá fazendo o quê? Ta-ra-ra..." O negócio não
08		tem "Boa noite, ra-ra-ra..." Não tem um: "O senhor está
09		vindo da onde, o senhor vai pra onde?" Não, é "Tú, ra-
10		ra-ra-ra"

²Fonte: http://www.guiadedireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=836&Itemid=227 Acesso em 10/01/2016

³Fonte: http://www.guiadedireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=836&Itemid=227 Acesso em 10/01/2016

A narrativa acima ilustra a justificativa de Aline para a falta de respeito do policial diante de uma abordagem. Ela se queixa (i) da falta de educação, uma vez que os policiais não cumprimentam o abordado; (ii) da falta de uso de dêiticos sociais para se referir aos abordados, ou seja, o uso dos pronomes pessoais tu ou você ao invés de pronomes de tratamento como senhor ou senhora; e (iii) do tom autoritário para com o abordado.

As explicações dadas por Aline, que é professora e tem 27 anos, em sua resposta em ambos os excertos 11 e 12 apontam na direção da perda da credibilidade da polícia como agente de segurança, de proteção do cidadão. Do seu ponto de vista, já se perdeu uma visão ideal de policial. Tais encontros marcados por todos esses aspectos negativos colaboram para uma categorização de atributos negativos da coletividade do grupo e para a predição negativa para os possíveis encontros futuros como observamos nas linhas 01 e 02 do excerto 12.

Nessa linha, ela traz como explicação para justificar sua posição no excerto 12 uma narrativa que aponta para o modo inadequado de realizar o bloqueio pessoal:

Excerto 12: Eu não confio no policial. Nunca confiei, nem antes, nem depois

01	Aline	É exatamente. Você não confia. Eu, eu não confio no policial.
02		Eu, eu, eu não confio. Nunca confiei, nem antes, nem depois.
03	Carmo	Hum Hum
04	Aline	Porque, por exemplo, o meu marido, na época que a gente
05		namorava, ele ficava pra morrer se a gente parasse na... em
06		blitz, alguma coisa. Porque... eu não tinha paciência. Porque
07		que parava ele? Primeiro: negro. Segundo ponto: é, ele na
08		época tinha um carro vermelho e tal. Aí uma vez pararam a
09		gente ali embaixo de São Conrado, perto daquele Extra, numa
		voltinha que tem assim.
10	Carmo	Hum, hum, sei qual é.
11	Aline	Eles sempre ficavam ali pra pegar dinheiro de alguma coisa.
12		Porque ali não tem câmera, naquela curvinha. Aí desceu. Aí
13		uma vez pararam quando pegaram a carteira do meu marido,
14		viram a carteira de motorista e viram a carteira de sócio do
15		Flamengo. "Ah, você é flamenguista, vai embora." Ah... isso
16		me deixava para morrer. Aí outro dia, eu falei assim: "Eu
17		não acredito." Ele: "Psiu, psiu." Porque eu com vontade de
18		falar e ele mandando eu ficar quieta. Aí outra vez na Gávea,
19		ele veio a gente tava namorando e tal... "Ah, eu sou..."
20		"Você mora aonde?", perguntou pra ele. "Eu moro aqui na
21		Gávea." "O que vocês tão fazendo?" "A gente tá namorando,
22		sei o que..." "Ah tá bom." Aí olhando a carteira viu que a
23		irmã dessa mãe de criação dele é promotora, ta-ra-ra... Viu
24		o cartão dela, aí... guardou. Foi e falou: "Pode ir". Eu
25		falei assim: "Ah... (inaudível) Eu fui guardando. Até o
26		dia..."
27	Carmo	Ficou com o cartão?
28	Aline	Não! Mandou ele embora por causa do cartão.

As micronarrativas selecionadas por Aline ilustram a falta de compostura do policial em atividades de abordagem. O que torna as histórias reportáveis são em primeiro lugar a razão inescrupulosa (moral) para a abordagem: “eles sempre ficavam ali pra pegar dinheiro de alguma coisa. Porque ali não tem câmera, naquela curvinha” (linha 11).

A reportabilidade das narrativas reside também nos critérios para fazer a abordagem. Na primeira história, o marido foi selecionado pela cor e foi liberado por torcer pelo mesmo time que o policial. Na segunda, o critério foi o lugar da abordagem, perto de uma comunidade, e o fato de o abordado estar de posse do cartão de uma promotora. Se por um lado, o lugar da abordagem o colocava na categoria suspeito, por outro lado, o cartão da promotora poderia sugerir consequências de um padrão interacional conhecido como um “você sabe com quem está falando”.

(ii) Busca em residência

Assim como o bloqueio policial, a busca em uma residência também segue alguns protocolos. Policiais podem entrar em uma residência caso tenham em mãos um mandado expedido por um juiz, estejam no decorrer de uma perseguição e o indivíduo perseguido entre em uma casa, em caso de socorro, nos casos em que os policiais têm certeza de que há drogas, armas de fogo ou produtos roubados/furtados dentro da casa, etc. Vale ressaltar que, mesmo com mandado, as buscas devem ser feitas na parte da manhã ou à noite com autorização do residente, e o residente pode acompanhar de perto as buscas⁴.

Ao ser questionada sobre como eram os policiais antes e depois da UPP, Ana relata um caso de busca à sua casa:

Excerto 13: A polícia entrava sem um mandado de busca e apreensão

01	Ana	Eu estava em casa, adolescente ainda, e a polícia entrava
02		sem um mandado de busca e apreensão, sem nada, e revirava
03		a minha casa e saía de lá sem dizer nada, sem falar nada.
04		

⁴Fonte: http://www.guiadereitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=836&Itemid=227 Acesso em 10/01/2016

05		Então assim, eu acho que a polícia de antes ela era muito mais violenta.
----	--	--

Ao contrastar a ação policial antes e depois da UPP, Ana inicia apresentando detalhes de orientação que apontam para o significado daquela ação policial para uma ainda adolescente. A casa, símbolo de lugar de segurança, privacidade e liberdade, tornava-se um território sujeito à invasão de um inimigo que deveria ser visto como amigo do cidadão. Depois desses detalhes de orientação, a narradora introduz o que torna a história relatável: “*a polícia entrava sem um mandado de busca e apreensão, sem nada, e revirava a minha casa e saía de lá sem dizer nada, sem falar nada*”. A narrativa, portanto, sustenta a posição de que, diferentemente do que ocorre no asfalto, a lei não se aplica no morro. O modo como a ação é narrada mostra também o abuso de autoridade ao revirar a casa e a falta de respeito com o morador a quem não são dadas explicações.

(iii) Busca pessoal

Assim como nas outras abordagens, a busca pessoal, também requer que certos tipos de orientação mais específicas sejam seguidas. Dessa forma, o policial deve (i) pedir que as pessoas coloquem as mãos na parte de trás da cabeça, (ii) revistar bolsos, bolsas e roupas em busca de armas, drogas ou produto ilegal, (iii) pedir documentos e os devolver a seus donos, (iv) as mulheres devem ser revistadas por policiais do sexo feminino, etc⁸.

No entanto, o relato dos entrevistados mostra aqui também que as normas não são cumpridas:

Excerto 14: Isso eu acho injusto

01	Carolina	Eu não tinha pensado por esse lado... que ações dos policiais ou ações que eles tomam você considera injustas?
02		
03		
04	Flávia	A gente sabe de algumas coisas... assim... que eu considero injusta é que toda vez eles param os meninos. Muitas vezes são os meninos negros. Encosta na parede todo mundo, sai revistando todo mundo, entendeu? E fica a galera lá parada sem fazer nada. Um monte. À noite, então, principalmente, tem vários garotos sendo parados. Isso é sempre.
05		
06		
07		
08		
09		
10		
11	Carolina	Uma marcação serrada.
12	Flávia	E se são negros, pior ainda. Isso eu acho injusto. Outras coisas eu não sei muito a fundo porque eu não procuro saber. É uma coisa que me incomoda muito. A
13		
14		

15		injustiça me incomoda muito. Se há uma coisa que me
16		incomoda muito nesse mundo é a injustiça.

Ao iniciar a resposta para a pergunta, Flávia ressalta que tem conhecimento sobre várias ações policiais que poderiam ser consideradas injustas, mas, para ela a mais injusta seria a abordagem excessiva, aparentemente sem motivo, de meninos, em sua maioria negros. Essa atitude é oposta à orientação do Código de Processo Penal que estabelece que, durante as abordagens, os policiais devem sempre falar de forma clara e respeitosa. Os dêiticos de tempo “toda vez”, “muitas vezes” e “sempre” são usados por Flávia a fim de evidenciar as abordagens excessivamente recorrentes que são feitas e a regularidade no seu *modus operandi*.

Notamos que, mais uma vez, o ato da abordagem em si é reconhecido como direito (incumbência) dos policiais, mas a ocorrência frequente de abordagens a meninos, principalmente da raça negra, evidencia para Ana um tipo de preconceito e injustiça por parte dos policiais.

Além do preconceito com relação aos tipos considerados abordáveis, os moradores citam também o desrespeito aos direitos do cidadão: O excerto 15 é a resposta dada por João à pergunta se ele reconhece a abordagem como um direito do policial.

Excerto 15: Pegaram o celular dele e tacaram no chão

01	João	E, tipo, dois são negros e o Eduardo é branco assim, meu
02		perfil. Aí tava escuro, eram cinco, deram tapa na cara
03		dele, “tá achando que eu sou maluco, porra?”; não sei o
04		que! “Mostra a identidade!” Pegaram o celular dele e
05		tacaram no chão... e assim, o Eduardo não fez nada.
06	Carolina	Sem necessidade. Assim, ele não resistiu, né?
07	João	Totalmente sem necessidade. Não. E o Eduardo ainda ficou:
08		“não sei que não sei que senhor.”

A posição de João vem expressa indiretamente numa história de abordagem sofrida por ele e mais dois amigos. É importante notar que João destaca o fato de que o abordado (Eduardo) que foi alvo de maior agressividade era branco (linha 01). A violência da abordagem é sinalizada na diferença entre abordados (3) e policiais (5), o que mais intimidava o grupo; e no relato de ações do policial não como um direito, mas um abuso de autoridade: o tapa na cara, que tem um valor simbólico para a identidade masculina, a linguagem grosseira do policial (linhas 02 e 03), o imperativo para pedir os documentos.

Percebemos que a violência e o autoritarismo são apresentados como sem justificativa aparente, já que não havia motivos e resistência por parte dos abordados. Ao contrário, ao reportar a fala de Eduardo, João aponta para o fato de que seu amigo utilizou o dêitico social “senhor” para se referir ao policial como forma de demonstrar respeito pela autoridade presente. Os dêiticos sociais fazem referência ao status social de uma categoria. Ao chamar alguém de senhor, o falante reconhece o direito do outro a um tratamento respeitoso, o que Eduardo não estava tendo.

Dada a frequência de casos de experiências negativas em abordagens pessoais, foi pedido a Luiz que contasse uma experiência boa e uma ruim com policiais:

Excerto 16: Uma experiência muito ruim

01	Carolina	Conte um caso de uma experiência boa e uma ruim com esse
02		policial.
03	Luiz	Uma experiência boa. Assim, uma experiência muito ruim
04		que eu tive foi há uns 10 anos atrás.
05	Carolina	Então não era com o policial da UPP.
06	Luiz	Não era policial da UPP. Eu estava saindo pra treinar.
07		Na época eu treinava remo no Flamengo. E era 4h da manhã
08		e o policial me abordou, aí pediu documento, eu dei, aí
09		ele mexeu na minha mochila. Viu a carteirinha do
10		Flamengo. Aí ele disse que não era flamenguista e que
11		flamenguista era tudo bandido. Aí foi e me deu um tapa
12		e mandou eu abaixar pra pegar a carteirinha que ele
13		jogou no chão. Aí eu peguei a carteirinha dei na mão
14		dele e ele quebrou e jogou no meu peito, me deu um chute
15		e mandou eu ir embora. Eu saí correndo. E relação boa é
16		mais com os policiais que eu trabalho quando eu participo
17		de eventos do governo do Estado pela empresa que eu
18		trabalho. Eles são pessoas normais, legais com os mais
19		novos. Eu tenho mais contato com os mais jovens, com os
20		sargentos, com os inspetores, são legais, são pessoas
21		bacanas.

Como entendemos que o que torna um evento memorável é o conteúdo moral que ele carrega, é interessante observar que, entre experiências boas e ruins, foram consideradas as mais reportáveis as ruins. Observa-se que, na abertura de sua fala, Luiz parece se orientar para o pedido de uma experiência boa (linha 3). Mas logo em seguida, reorienta a sua fala para uma experiência ruim, intensificada pelo intensivo muito

Outro ponto interessante a se destacar é que o fato não dizia respeito a policiais de UPP e que isso tinha ocorrido há 10 anos atrás. Percebe-se mais uma

vez que experiências traumáticas têm efeitos duradouros na memória de quem as sofreu e, conseqüentemente, impactam na imagem da polícia no presente/futuro.

Ele inicia a sua narrativa com dados de orientação que o categorizam com um trabalhador, uma pessoa de bem, ou seja, ele pontua o que ia fazer quando saiu de casa, a hora da abordagem, etc. A princípio a abordagem parecia que ia transcorrer como a norma sugere (o policial pediu os documentos). A ação complicadora se dá quando, ao revistar sua mochila, o policial dá início a uma série de atitudes que fogem da norma de conduta de abordagem: o policial mexe na mochila do abordado, ao invés de pedir que ele tirasse tudo da mochila; e ao ver a carteirinha do Flamengo, categorizou como bandido todos os flamenguistas e, como tal, o abordado. Além do abuso verbal, são descritos atos de violência (me deu um tapa) e assédio moral que ferem a dignidade humana (linhas 11 a 15).

A experiência positiva trazida por Luiz em encontros com policiais não se refere a abordagens, mas sim ao seu trabalho como monitor social em contato com policiais mais jovens da UPP de outra comunidade. É nessa relação de parceria e não de atividades policiais, que Luiz aponta para a possibilidade de, em determinadas situações, ser possível interagir com pessoas que não parecem estar de farda.

4.2.2.

O Estabelecimento da Ordem

De acordo com o relato dos moradores, as questões relacionadas à ordem dentro da comunidade funcionavam de maneira diferente antes e depois da UPP e funcionam diferente no morro e no asfalto. Logo o direito à manutenção da ordem é visto com ressalvas.

Antes da entrada da UPP quem ditava as regras dentro da comunidade eram os traficantes, assim, eram eles que mantinham a segurança, regulavam as festas, a circulação de pessoas e, em alguns casos, até decretavam prisão domiciliar a alguns moradores. Para os moradores, depois da entrada da UPP, as questões relacionadas à manutenção da ordem passaram a ser controladas pela polícia.

Os moradores reconhecem o direito de a polícia manter a ordem, mas avaliam que a polícia não é sensível às particularidades culturais daquele contexto. Notamos assim, que um lugar (comunidade) pode gerar uma categorização de

pertença relevante dado o contexto e o que é gerado a partir dele. Os policiais que se encontram dentro da UPP que por sua vez se encontra dentro da comunidade são categorizados a partir das necessidades que esse local específico demanda. Já o lugar ‘asfalto’, por exemplo, demanda outros tipos de práticas policiais.

Assim percebemos que há uma visão de a ordem variar do contexto do asfalto para a favela:

Excerto 17: Eles têm que coibir, né, a bagunça

01	Carolina	Para você, quais são os direitos e obrigações de um policial de UPP?
02		
03	Elias	Acho que eles têm que coibir, né? A bagunça, até porque tem muitos garotos, muitos adolescentes que quer bagunçar, né? Às vezes não é nada, mas quer fazer bagunça.
04		
05		
06	Carolina	Uma algazarra.
07	Elias	Pessoal tá acostumado, comunidade, quem nasceu e é criado ali na Rocinha acostumado com isso, né? E as vezes acha que o policial não tem que se meter, não tem que fazer nada, mas ele quer a ordem, né? Quer organizar, né?
08		
09		
10		
11	Carolina	Elas acham que podem fazer, ter qualquer atitude, fazer uma algazarra e que o policial não tem que se meter.
12		
13	Elias	Não tem que se meter e tá passando senhora, né? Mãe de família. Então, eu acho que eles têm que sim reprimir para que, dizer palavrões, ficar fazendo palhaçada, né?
14		
15		

Segundo o morador Elias, que tem 54 anos e é porteiro, a polícia tem o direito de interferir nas liberdades individuais sempre que a ordem esteja comprometida. Mas ele entende também que a “ bagunça” é um traço da cultura local. Se considerarmos que os governos abandonaram as favelas por décadas, a regulação da ordem teve que ser mais frouxa do que a regulação da ordem no asfalto. Parece que esse era um fato reconhecido pelos traficantes: o controle da ordem por parte deles não se estendia à algazarra produzida nas ruas, durante os bailes funk, etc. O asfalto tem hora do silêncio, a comunidade convive com o barulho. A defesa de um conhecimento cultural compartilhado é ilustrada na explicação: o *habitus* - quem nasceu e é criado ali está acostumado com isso. O controle da ordem vem associada na fala de Elias apenas a questões de padrão moral (linhas 07 a 10), como comportamentos de respeito aos mais velhos, às mulheres.

Luiz também vê a questão da ordem como uma questão que exige da polícia o mínimo de sensibilidade ao contexto, à cultura local que tem suas próprias regras:

Excerto 18: Eles têm que ter um pouco de sensibilidade a mais

01	Carolina	Como é esse policiamento na comunidade onde você mora?
02		O que você vê eles fazendo no dia-a-dia?

03	Luiz	A base mesmo é a proteção, né? É a ordem pública, então
04		eles têm que manter a ordem. Eles tentam ser um policial
05		normal porque estão lidando com pessoas normais, mas
06		eles têm mais aquela coisa do social, né? Talvez se
07		fosse um outro local eles agiriam com uma dureza a mais.
08		Então eles têm que ter um pouco de sensibilidade a mais,
09		por exemplo, como eu te falei, as pessoas estavam
10		acostumadas a fazer festa a noite toda. Então não
11		existia a lei do silêncio. Poxa, não tem como eles
12		chegarem e acabarem com uma festa; eles podem chegar e
13		pedir para diminuir um pouco o som, não fazer tanto
14		barulho, eles não vão exigir as mesmas coisas que num
15		apartamento, como as pessoas dizem, no asfalto.

Percebemos que há um consenso entre os moradores de que é legítima a atividade de manutenção da ordem. O dissenso é sobre o que deve ser colocado em ordem, uma vez que morro e asfalto são realidades diferentes. Luiz recategoriza o policial como uma pessoa normal, pelo menos como tentativa, e justifica pelo fato de que quem vive nas comunidades são pessoas normais, isto é, não são traficantes, mas trabalhadores, estudantes, como dito em outra passagem. E mais uma vez é invocada a categoria de policial de proximidade, divulgada no projeto da UPP como aquele que também vai ter compromisso com o social (linha 6). A inferência que emerge dessa categoria é a de uma pessoa sensível ao outro, focada nesse outro.

Nesse contexto, reconhecer os costumes é encontrar ações de negociação com o que é visto pela polícia como falta de ordem. Como outros entrevistados, a categoria de lugar morro e asfalto é invocada. Enquanto no asfalto os moradores concordam que, para o bem de todos, deve haver uma lei do silêncio, não há por parte dos entrevistados nenhuma fala de que moradores da favela reclamarem de uma falta de lei do silêncio.

A questão da normalidade é levantada por Luiz de modo contrastivo. Para o entrevistado, os moradores são categorizados como normais, logo seu comportamento é normal para a comunidade. Já os policiais apenas “tentam” ser normais, isto é, tentam considerar questões sociais locais por atuarem em um lugar diferente do asfalto.

Concluimos assim que para os moradores fica clara a incumbência policial, de abordar, proteger e manter a ordem dentro da comunidade. A abordagem é vista como um direito do policial, no entanto, o que é questionado pelos moradores é preconceito e o *modus operandi* truculento e autoritário usado pelos policiais ao realizarem as mesmas. Esse tipo de abordagem negativa faz com que os moradores

carreguem todo o desconforto e ansiedade gerados para futuros encontros e ações policiais.

Segundo os moradores as ações policiais relativas a ordem dentro da comunidade deve obedecer a cultura local. Assim, notamos que o lugar comunidade faz com que certos traços de categorização sejam listados e façam parte da categorização de um policial de UPP. Dentre eles temos: lei do silêncio mais maleável, solução de brigas domésticas, cordialidade com os moradores, etc. Tudo isso culmina para a o dever de proteger o cidadão e não se tornar mais uma fonte de temor constante.